

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO  
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 20**

17 de setembro de 2020

(17:21 h – 18:38 h)

**Ordem do dia:**

Audição do Sr. José António Dinis Henriques, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia – Pedrógão Grande

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** Paulo Leitão (PSD)

Fabíola Cardoso (BE)

Joana Bento (PS)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

*Eram 17 horas e 21 minutos.*

Esta reunião destina-se à audição do Sr. José António Dinis Henriques, na qualidade de Presidente à data dos factos e atual Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia – Pedrógão Grande, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, mas votada pela Comissão.

Dou as boas-vindas ao Sr. Presidente e, conforme é já um hábito, refiro os termos em que vai decorrer esta audição, do ponto de vista formal. Temos três rondas possíveis, sendo a primeira para que cada grupo parlamentar possa dirigir-lhe perguntas pelo período de 8 minutos, em modelo de pergunta/resposta; segue-se uma segunda ronda de intervenções de 5 minutos com resposta conjunta; e, sempre que necessário, haverá uma terceira ronda com 3 minutos destinados a cada grupo parlamentar, ou de 2 minutos a cada uma das Sr.<sup>as</sup> Deputadas ou dos Srs. Deputados, se assim o entenderem.

Nos termos do nosso Regulamento, o depoente tem a prerrogativa de fazer uma intervenção inicial, até um máximo de 15 minutos, para enquadrar um pouco a sua presença na Comissão. Começo, assim, por lhe perguntar se pretende usar da palavra ou se podemos dar início, imediatamente, à audição.

Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques** (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia – Pedrógão Grande): — Boa tarde a todos. Queria

só agradecer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados o convite que me foi feito e dizer que é um prazer estar aqui convosco. Estou ao vosso dispor.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Conforme ainda há pouco lhe referi, para nós é sempre especial ter aqui autarcas, que são aqueles que sentimos mais próximos de nós, pois foram eleitos. Pena é que os temas sejam estes e aquilo que está por detrás da nossa discussão, mas a nossa presença, bem como a sua, demonstram, mais do que tudo, atenção e respeito pelo tema.

Quem hoje inicia a audição é o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tendo a palavra o Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da Junta, começaria por lhe agradecer a sua presença e disponibilidade para prestar aos portugueses os esclarecimentos que se impõem.

Antes de iniciar a nossa ronda de questões, permita-me salientar o papel dos autarcas, nomeadamente o papel dos autarcas de freguesia, que permitem um apoio mais célere e eficaz dada a sua proximidade às populações. Isto é de extrema importância para territórios fustigados por catástrofes naturais, como os incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, que deixaram uma enorme perda ao nível da floresta, propriedades agrícolas infraestruturas, empresas e, principalmente, em termos de vidas humanas.

Recordo que o objeto da presente Comissão se prende com o apuramento das responsabilidades políticas no processo de atribuição de apoios, não no sentido de transformar vítimas em criminosos, como já ouvi dizer, repetidamente, nesta Comissão, mas, sim, no sentido de garantir que as vítimas não o são duplamente, ou seja, vítimas de uma grave tragédia e vítimas da gestão incorreta dos apoios e da ajuda humanitária.

Recordo que, de acordo com as recomendações internacionais no âmbito da ajuda humanitária, o Estado tem o papel de garantir e de coordenar a ajuda envolvendo organizações não-governamentais, sociedade civil, organizações intergovernamentais. Também devem ser instituídos sistemas de controlo que previnam situações de fraude e corrupção, garantindo a devida divulgação pública dos resultados e ações. Esta também é, assim, uma forma de homenagear as vítimas, garantindo o apuramento da verdade e levando à apresentação de propostas futuras para correção do que, eventualmente, tenha corrido menos bem.

Três meses volvidos após a tragédia, numa entrevista, o Sr. Presidente lamentou que a junta de freguesia não tenha participado no levantamento dos prejuízos. De acordo com as suas palavras, podemos deduzir que existia, à data, um certo desconforto, no sentido de que as juntas deveriam ser mais ouvidas e de que deveriam ter participado mais neste papel?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Pois, o problema começou todo aí. Quando há uma catástrofe desta natureza e as juntas de freguesia, que têm um grau de proximidade com os fregueses, são colocadas de lado, é de lamentar. Por isso é que estão à vista certas situações que tivemos naquele momento. Nós somos as primeiras pessoas a ir para o terreno, mas deixámos de ser e por aí está à vista como é que isto começou. É um exemplo para futuro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, então, é facilmente dedutível que se tivessem sido envolvidos no levantamento e no apoio, certamente, o resultado seria drasticamente diferente. É assim?

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Claro que sim. Nós conhecemos os fregueses porta a porta. Conheço todas as pessoas da minha freguesia e o levantamento era feito caso a caso, porque cada caso é um caso e nem todas as pessoas tiveram os mesmos prejuízos. Umhas pessoas tiveram mais, outras tiveram menos e nós conseguíamos perceber o que aconteceu e fazer um levantamento mais justo do que aquele que foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, para além das casas ardidas, no que concerne ao levantamento dos prejuízos nas florestas e nas produções agrícolas, a junta de freguesia foi envolvida em algum destes trabalhos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não, a junta não foi envolvida nesses trabalhos.

A única coisa em que foi envolvida, na altura, foi em ceder o espaço da junta para os técnicos da agricultura fazerem os levantamentos, logo após o incêndio, mas o resultado dos mesmos nunca nos foi entregue. Nunca soubemos a quem foi atribuído nem como é que foi, nunca fomos envolvidos nisso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, no que concerne ao potencial produtivo agroflorestal, existiram três escalões de apoios: um regime simplificado, até aos 1053 €; um regime, apoiado pelo Fundo REVITA, entre aquele valor e os 5000 €; e, acima dos 5000 €, com candidaturas ao PDR 2020.

O regime simplificado visava um acesso mais rápido para que os agricultores lesados fossem ressarcidos. Tem noção de que isso correu bem? Houve pessoas que recorreram a este regime simplificado por não terem conhecimentos ou recursos para fazerem uma candidatura ao PDR 2020?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — É assim, naqueles casos com menores prejuízos, as pessoas... Acho que os apoios que foram colocados resolveram o problema. O problema passou-se em certas situações em que as pessoas tiveram prejuízos mais avultados e não foram informadas de que tinham de fazer candidaturas, nem tinham formação para as fazer. Ainda hoje, há pessoas que conheço a quem arderam, por exemplo, os anexos permanentes a uma casa de primeira habitação, e não estou a falar de um anexo abandonado, mas sim de um anexo permanente, e essas pessoas foram prejudicadas, porque não tiveram apoio nenhum.

Ainda ontem estive a falar com um freguês meu que me disse: «Sabe qual foi o apoio que recebi? Foram 200 € da junta de freguesia». Isto é de lamentar, não é?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, podemos então deduzir das suas palavras – e pedia-lhe que o confirmasse –, que, dada a complexidade de uma candidatura ao PDR 2020, houve muitos agricultores que preferiram socorrer-se dos fundos do REVITA para não terem uma perda ainda maior?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sim, quando se viram numa situação dessas, em que não tinham condições para fazer a candidatura ou porque não a sabiam fazer, as pessoas voltaram atrás e receberam o dinheiro que estava previsto, até aos 5000 €, ao nível da ajuda para a agricultura.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, nos incêndios de outubro já foi o Estado a suportar este escalão, entre os 1053 € e os 5000 €, através do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, ou seja, não saiu do Fundo REVITA, e mais à frente abordarei a questão das primeiras e segundas habitações...

*Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever a parte final das palavras do Orador anterior e a parte inicial do Orador seguinte.*

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — (...) De início não foi fácil dar a volta à situação, mas acho que devia ter sido tratado com mais cuidado, porque estávamos a falar de perdas de vidas humanas e de muitos prejuízos. Havia de ser tratado com outro cuidado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que aguarde um pouco só para confirmarmos se os nossos meios técnicos estão todos operacionais, do ponto de vista da gravação e da transmissão.

*Pausa.*

Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, pedia-lhe que especificasse melhor, para termos mais ou menos noção de uma percentagem. Consegue ter esta noção da percentagem de agricultores que tiveram prejuízos bem superiores e que recorreram ao REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Isto não foi uma percentagem muito grande, como é óbvio. Sei lá... houve uma percentagem de 10 a 15% de pessoas que ficaram prejudicadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, se recorrermos ao relatório de levantamento dos prejuízos agrícolas e pecuários, de junho de 2017, da Direção Regional de Agricultura e Pescas, que especifica os prejuízos por freguesia, bem como à listagem de apoios do Fundo REVITA, e se conjugarmos isto com o diagnóstico das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) relativamente aos prejuízos para o restabelecimento do potencial produtivo, *a priori*, podemos deduzir que, por



si só, o valor apoiado é insuficiente para aquelas que seriam as necessidades da sua freguesia. Peço-lhe que confirme e comente estas afirmações.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sim, tem toda a razão. Isto não foi bem... Não chegava! Não chegavam, esses valores. Ainda para mais, há uma coisa que os senhores não sabem e que vou aqui transmitir: sabem porque é que esses 5000 € foram atribuídos? Se calhar não sabem. Inicialmente eram 1053 €, então, porque é que foram atribuídos os 5000 €? Foi numa reunião na Câmara Municipal, na Casa da Cultura, que envolveu os três concelhos ali à volta, onde estávamos 300 a 400 pessoas para fazer com que o valor não fosse aquele, mas, sim, um valor mais alto, porque 1053 € não chegavam para nada.

Como presidente da junta, fui um dos impulsionadores para que o valor fosse aumentado. Estava lá a responsável da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e interrompemos a reunião para falar dos valores, para se chegar a um entendimento. Na altura, eu disse que havia de se ver caso a caso e que o teto havia de ser de 15 000 € para alguns casos. A Sr.<sup>a</sup> Diretora entrou em contacto com o Sr. Ministro, na altura, e chegou-se a um consenso de 5000 €. Foi assim que se chegou aos 5000 €.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço a informação que partilhou com a Comissão. Aliás, eu tinha ficado com a perceção, depois de ouvir anteriores presidentes de câmara desse território, de que esta instrução teria vindo de cima, do Governo. Tanto assim que, se não me falha a memória, 58% dos fundos do REVITA foram destinados à agricultura,

sendo que a maioria dos donativos, 70%, tiveram uma proveniência que não foi do Orçamento do Estado.

Portanto, *a priori*, quando há doadores que olham para o Regulamento e para o fim do Fundo, para a legislação, e pensam que é para apoiar as habitações, depois, destinar isto para a agricultura... É importante perceber o porquê disto, até porque, por si só, poderá ser uma injustiça, porque muitas pessoas ficaram sem apoio para as segundas habitações.

Recorrendo a algumas entrevistas que deu e declarações que fez, na sua freguesia, na altura, denunciou situações irregulares no que concerne a casas de segunda habitação e barracões recuperados quando ainda não estavam recuperadas as primeiras habitações. Pedia-lhe que especificasse melhor.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para responder.

**O Sr. José António Dinis Henriques:** — Sim, isso aconteceu. Quando vi casas de primeira habitação por concluir e vi casas devolutas, onde não me lembro de lá viver ninguém, já concluídas, fiquei estupefacto com a situação. Foi isso que me levou a falar com a comunicação social, porque ninguém nos ouvia.

Digo mais: ainda gostava de saber – Deus queira que não haja mais catástrofes como esta – se não fosse o donativo das pessoas, o que é que seria daquela gente? Se não fosse a generosidade dos portugueses e de todo o mundo envolvido e a mandar donativos para aquilo, o que é que seria daquela gente?!

Gostava de saber e que me respondessem... Não há quem de direito...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Pode precisar-nos, se tiver essa noção, o número de casas e de habitações que estavam nessa situação?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Foram 16 casas de primeira habitação.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — E de segunda habitação?

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — De segunda habitação... Houve casas que foram destruídas parcialmente, outras não... As casas foram quase todas danificadas, umas mais, outras menos. Não tenho noção de números corretos de casas de segunda habitação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — O PSD reconhece, e não questiona, a importância da reabilitação das segundas habitações, até porque, na legislação que procedeu à criação do Fundo e no próprio Fundo, em nada era descortinável que as segundas habitações viessem a ser excluídas, até porque têm um forte impacto positivo no território.

A questão que coloco é de quando é que tiveram a percepção de que as segundas habitações não seriam apoiadas, ou que teriam um apoio diferente, como se veio a concretizar.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

**O Sr. José António Dinis Henriques:** — Quando se começou a falar em habitações, sempre ouvi falar – porque, como digo, não fomos convocados, afastados desse processo – que era para fazer tudo, as primeiras e as segundas habitações. O mal foi depois quando começámos a ver que, realmente, nem era primeiras nem segundas, era tudo... Algumas estão feitas, outras não estão feitas. Isto é uma situação que é gravíssima, não é?

Numa situação em que passámos pela tragédia que passámos, numa zona em que estamos virados para o turismo e continuam a lá estar aquelas casas, tudo abandonado, parece que passou ali uma guerra, dentro das aldeias, e não se faz nada por aquilo. Acho que havia de ter de se falar com os proprietários, chegar a um entendimento com os proprietários e tirar aquilo de lá para fora ou arranjar as casas... Nem era tirar; era arranjar as casas, ou a fachada... Era dar uma imagem diferente às aldeias!

Como é que estamos numa zona em que, agora, estamos virados para o turismo, que junta muita gente – e nunca vi tanta gente na nossa zona como no verão deste ano –, e como é que queremos lá turismo com as casas conforme estão, dentro das aldeias, tudo destruído?

Estamos a falar em casas devolutas, mas são casas, que estão dentro das aldeias. Elas arderam, elas não estavam assim antes do incêndio! Agora ficaram mais danificadas, como é óbvio. Já estavam más, agora ficaram piores. Umhas perderam o telhado, outras tinham telhado e agora ficaram sem ele. E está ali... Quem entra, por exemplo, na minha aldeia, que é uma sede de freguesia, até fica assim: «onde é que eu estou?». Alguém tem de fazer alguma coisa por isto, não é?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, nesta Comissão, anteriores e atuais presidentes de junta de freguesia, vieram prestar depoimento, em que disseram que também existiam, nas suas freguesias, construções que foram mal classificadas e que foram recuperadas na condição de primeiras habitações quando se tratavam de segundas.

Questiono sobre qual é o sentimento das outras pessoas, que não viram as suas casas recuperadas. Como é que elas se sentem, além da injustiça, ao não verem as suas casas recuperadas por este mecanismo do Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Isto era uma situação, relativamente às casas, era um processo que ainda podia estar em curso, porque, segundo ouvi dizer, havia dinheiro dos donativos, havia dinheiro para construir tudo, isto era simples de se fazer e disse-o desde o início, em reuniões, disse isso diversas vezes.

Isto era começar por ver o que eram primeiras habitações e concluí-las; ver o que eram segundas habitações e concluí-las; ver o que eram os anexos permanentes e concluí-los; e, a seguir, se houvesse dinheiro, concluir as casas devolutas.

Mas vejo que o que se passa lá mais, hoje em dia, é o seguinte: as primeiras habitações estão concluídas, tudo bem; as casas de segunda habitação, também – se houver é uma casa ou outra que, parcialmente, não foi concluída... Mas o que vejo ali é que pessoas que tinham casas devolutas ficaram com casas nova e pessoas que estavam nas mesmas circunstâncias ainda têm as casas lá no chão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — O que é que, no seu entendimento, levou a este tipo de situação?

Ontem ouvimos aqui a Sr.<sup>a</sup> ex-Presidente da Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, a Dr.<sup>a</sup> Nádía Piazza, dizer que houve falta de transparência. No seu entendimento, o que é que correu mal?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — O que é que correu mal? Eu não sei dizer o que é que correu mal, mas que os factos estão à vista, estão.

Mas como é que isto foi feito? Isto foi em conjunto com a câmara municipal, com o REVITA e com a CCDR. Não sei o que é que foi aqui... Como digo, não fomos chamados para o processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, mas não acha que teria sido benéfico que tivessem sido afixadas, na junta de freguesia, como ela sugeriu aqui ontem, listas ordenadas das casas, placas de obra ao estilo das obras da comunidade europeia, das obras cofinanciadas? Isto não teria sido transparente, com informação que circulasse e em que fossem chamados para avaliar e para participar neste processo?

E, já que falou aqui da CCDR, uma das suas afirmações é de que o Sr. Presidente da Câmara, na altura, lhe referiu que não tinha nada que ver com isto, que era a CCDR que indicava. Pedia-lhe que precisasse melhor estas afirmações e que me respondesse a estas duas perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sim, porque, na altura, ali, nós somos confrontados a todo o momento com os nossos fregueses a quererem respostas, a perguntarem o que é que se está a passar; e eu, inclusivamente, fui algumas vezes falar com o Sr. Presidente da Câmara e a resposta que ele me dava era de que a CCDR é que sabia, que não era a câmara.

O Sr. **Presidente**: — Termina assim a sua intervenção o Grupo Parlamentar do PSD.

Passamos ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, pelo que tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar os presentes e, em particular, o Sr. José António Dinis Henriques que, hoje, nos dá a possibilidade de estar aqui, para tentarmos, mais uma vez, continuar este trabalho de avaliação de responsabilidades políticas e de esclarecimento da situação que ocorreu na atribuição dos apoios na sequência dos incêndios de 2017.

Foi uma situação terrível e, partilho das suas palavras, que espero que nunca volte a repetir-se, mas, infelizmente, os acontecimentos ainda agora muito recentemente vão noutro sentido.

Por isso é, de facto, muito importante conseguirmos avaliar politicamente os processos no sentido de os melhorar. E é também isso que estamos aqui a tentar fazer. Estamos na Assembleia da República, temos um poder de fiscalização e também temos um poder legislativo, no sentido de propor alterações.

Já foram aqui levantados bastantes assuntos. Uma vez que disse que a junta não foi envolvida, gostava de perceber exatamente qual foi o papel da

junta de freguesia, à data dos factos, por exemplo, naquilo que diz respeito à recuperação de habitações.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a junta de freguesia, como já disse, relativamente às construções não foi chamada para nada.

Não tivemos... Não fomos envolvidos em nenhum processo sobre se era aquela que devia ser construída, se era a *b*, se era a *c*, quais é que seriam... Aliás, até tive alguns problemas em saber, porque havia pessoas que me vinham pedir atestados... Então, vêm-me pedir atestados e a câmara não me diz se é do Zé, se é do Manel, se do que é...?. Eu não sabia. Ninguém nos dizia nada. Nós andávamos ali todos à deriva. Isto não é fácil. Eu estive ali desde o primeiro minuto até acabar... Não é fácil! As pessoas a baterem-nos à porta a toda a hora e o que é que nós respondemos?!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, percebo que a resposta em que me diz que a junta não foi envolvida diga respeito ao processo administrativo em si. Mas houve uma participação; houve, pelo menos, o conhecimento de situações que, inclusivamente, foram denunciadas.

Portanto, a minha pergunta é também a esse nível. O que é que, enquanto presidente da junta, fez relativamente às situações de, chamemos-lhes, alegadas fraudes de que tomou conhecimento? Qual foi o procedimento relativamente a essas situações?



O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como já respondi ao nosso Deputado, quanto a algumas situações que via que não estavam corretas, ia junto da câmara municipal e respondiam-me que era da responsabilidade da CCDR.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, houve, e são públicas as declarações que fez.

Pergunto: para além dessas declarações aos órgãos de comunicação social, fez diligências, oficialmente, enquanto presidente da junta, no sentido de reportar essas ilegalidades às entidades responsáveis?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, as entidades responsáveis que havia na altura eram o GORR (Gabinete Operacional de Recuperação e Reconstrução), o REVITA, era a Câmara Municipal e a CCDR.

O que fiz, como digo, foi dirigir-me à câmara municipal. Mandava *e-mails* e queria respostas. É a única entidade com que cheguei a falar e acho que era a que me devia dar respostas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, fica registada essa informação.

Disse aqui, também, que a junta de freguesia deu apoios. Gostaria de saber que apoios foram esses que foram dados diretamente pela junta de freguesia.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Os apoios que a junta de freguesia deu foram à volta de 15 000 €, que recebemos de donativos.

Quando vimos que este processo não estava a ser bem conduzido e que havia pessoas com prejuízos superiores a 5000 € e que não estavam a ser abrangidas pelo Fundo, decidimos, a quem nos mostrasse documentos em como queria fazer alguma coisa por aquilo que perdeu – faturas de obras, etc. –, ver quantos fregueses tínhamos com esses problemas na freguesia e dos 15 000 € que tínhamos repartir 200 € por cada freguês que nos tivesse feito chegar esses documentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Então, houve um papel ativo da junta de freguesia na reconstrução de casas; um papel paralelo aos outros apoios que havia, mas um papel ativo, nomeadamente no pagamento de faturas para reconstrução de casas?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sim, era uma pequena ajuda. Era uma pequena ajuda para quem víamos que estava mais lesado e que não tinha sido ressarcido por isso.

Nós, com esse dinheiro que, realmente, não era nosso, foi do bem de todos os portugueses, do que nos fizeram chegar, entendemos que havíamos de ajudar as pessoas que, realmente, estavam mais prejudicadas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Gostaria de saber como é que esse dinheiro chegou à posse da junta de freguesia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Esse dinheiro foi chegando, após o incêndio, passados uns meses... Durante umas semanas, uns meses foi chegando, não foi todos os dias. Ia chegando de uma empresa que mandava 500 €, de outra que mandava 1000 €, de um cidadão mandava... E pronto, foi-se juntando esse valor.

Criámos uma conta solidária, para esse fim, e depois lá distribuímos o dinheiro; quando chegámos ao final e vimos que, realmente, não havia mais donativos, distribuímos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — O meu espanto não deixa de crescer.

Portanto, de não haver nenhum papel ativo da junta, neste momento já há uma conta solidária, que recebeu donativos e que depois distribuiu esses donativos. Isto foi feito pela junta, foi iniciativa da junta?

Estamos a falar num montante global de exatamente...?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — À volta de 15 000 €.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Este montante, de falou aqui, em faturas de obras foi também empregue para outro tipo de recuperações, nomeadamente relativamente ao potencial produtivo, reflorestação, ou foi apenas para obras?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Apenas para obras.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Ia perguntar qual é a situação neste momento, relativamente às reconstruções que referiu, se não seria desejável manter este tipo de situações, de pedir ajuda, uma vez que diz que há habitações que não foram recuperadas? Está nos planos da junta voltar a pedir dinheiro ou aceitar donativos para proceder a essas recuperações que ainda faltam realizar?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, acha que alguém dá um donativo após aquilo que se passou?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Esclareça o que quer dizer com «aquilo que se passou». O que quer dizer exatamente com isso?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Cá estão os tribunais para apurar o que se está a passar. O julgamento está para breve. Os tribunais é que estão cá para julgar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Se tivesse de fazer uma avaliação política, relativamente ao que foi feito, que dois aspetos negativos teria sido possível mudar?

Estou a perguntar-lhe isto porque, de facto, é importante, pelo menos do ponto de vista do Bloco de Esquerda, que saiam daqui lições que permitam melhorar este tipo de procedimentos em próximas – esperemos que pouquíssimas ou nenhuma – eventualidades.

Gostaria que nos dissesse dois aspetos, coisas concretas, que pudessem, efetivamente, ter funcionado de maneira diferente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Uma das coisas que podia ser completamente diferente era as juntas serem chamadas para o processo desde o início.

Acho que dava aqui uma ajuda e, se calhar, não se passava o que se tem passado até hoje. Penso eu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, falta um. Parece-me que pediram dois aspetos.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Passou-me.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Que critérios foram desenvolvidos pela junta que permitiram que essa resposta fosse mais correta, mais justa, do aquela que foi dada pelo Estado? Ou seja, se envolvêssemos as juntas, o que é que a vossa ação teria de melhor, em relação ao Estado? Que critérios é que aplicaram? Por que seria mais correto?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — É óbvio que ia correr muito melhor. Para já, conhecemos as pessoas, conhecemos as casas das pessoas. Quem andou a fazer os levantamentos, se calhar, nem sabia onde era a casa de A, B ou C. Não sei. Isso não tem explicação.

As juntas conhecem. Eu, principalmente, conheço a minha freguesia de uma ponta à outra e, se calhar, todos os fregueses da minha freguesia. Até falo com eles todos os dias! Eu sei! Eu ia a casa deles, sei o que ardeu, o que não ardeu. Sei tudo!

Se não soubéssemos os valores das coisas, falávamos com alguém responsável. Por exemplo, ardeu um trator, chama-se um indivíduo que trabalhe com tratores e vamos lá ver quanto é que custa o trator, uma alfaia, uma casa... Reuníamos uma equipa e fazíamos aquilo porta a porta.

Isto, assim, é que era um bom serviço!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Peço desculpa, mas aquilo que tem dito até este momento não me parece ser coerente com aquilo que está a dizer agora.

O que disse anteriormente foi que deram um apoio de 200 € a cada pessoa, a cada freguês. Não me parece que isto vá de acordo com o critério que estava agora a dizer, de corresponder aos reais danos, aos prejuízos que houve em situações diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra, para esclarecer.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu disse que tinha sido «para obras». Os 200 € que demos foi para as pessoas que vimos que tiveram prejuízos e que não foram ajudadas, ou que não foram ajudadas totalmente.

Volto a dizer que conheço a minha freguesia de uma ponta à outra, conheço as pessoas todas e vi que pessoas foram ajudadas e quais não foram. Senti-me na obrigação, porque o dinheiro estava lá e era para dar, de dar 200 € a cada pessoa, a quem me mostrasse que realmente ia fazer aquela obra e a fez.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Só para encerrar este assunto, então, esses 200 € que a junta entregou a cada pessoa foram atribuídos a pessoas que não tinham recebido outro tipo de apoios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Podiam ter recebido, mas não foram correspondidos a 100% ou à maior parte do prejuízo.

Como digo, como conheço toda a gente, sei o que receberam e o que não receberam, tive esse critério de dar esse dinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Gostava, apesar de o tempo já ser curto, que repetíssemos, de alguma maneira, esta análise, em relação aos outros dois aspetos que também foram alvo de apoios, nomeadamente as empresas.

Gostava que fizesse uma pequena caracterização: quantas empresas foram sinalizadas na freguesia para receber apoios? Esses apoios foram suficientes? Do seu ponto de vista, foram corretamente atribuídos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Na minha freguesia há poucas empresas. As que realmente tiveram prejuízos foram duas ou três empresas, pequenas, que existem lá. Essas empresas fizeram candidaturas ao PDR 2020. Agora, realmente, não sei como está o processo, mas tenho conhecimento de que fizeram uma candidatura.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.



A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Relativamente ao potencial produtivo, já foi referido que a maior parte das pessoas optou pelo sistema simplificado.

Gostaria que fizesse, também, uma avaliação desses apoios. Foram suficientes? Não foram suficientes? Foram bem entregues? Isto, relativamente a esta parte da recuperação do potencial produtivo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sim, essa parte aí, nem tive assim muitas queixas. Essa parte, houve um caso ou outro em que as pessoas dizem que não chegou, mas, pronto, as pessoas também têm de entender que foi um incêndio e que temos todos de contribuir uma parte.

Essa parte aí, sim, acho que não esteve mal. Acho que as pessoas ficaram mais ou menos com o seu problema resolvido.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Fugindo um bocadinho ao âmbito mais estrito da nossa Comissão, mas uma vez que referiu que há ainda casas que não estão recuperadas, gostava de perguntar o seguinte, em termos de potencial produtivo, nomeadamente em termos de floresta: considera que foi feito tudo aquilo que era necessário, em termos de remoção de árvores e de reflorestação, para que um cenário como aquele que aconteceu não se repita?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, aí é que está o grande problema. Até à data, não se fez nada! Saiba que, se houver um

incêndio a esta data, vai ser pior do que o outro, porque tudo o que caiu, os pinheiros, tudo o que ficou lá, ou seja, a manta morta, está lá toda! Todos os pinheiros que caíram, que foram imensos, milhares de pinheiros, estão lá todos! Se houver um incêndio, aquilo é pólvora. Portanto, nessa parte, nada foi feito! Não houve ordenamento!

Está agora a começar-se a fazer as limpezas de contenção, para mim, mal feitas. Já chamei isso à atenção. Fazem estas coisas sem falar com as pessoas...! Não sou nenhum técnico, mas a gente sabe ver. Por que é que se está a fazer uma faixa de contenção bem feita, por um lado, mas mal feita pelo outro?! Estão a fazer uma faixa de contenção a 10 metros das estradas, não é?! Daqui a um mês ou dois está igual...! Corta-se agora, mas daqui a um mês ou dois está igual! Isto é serviço?

Já disse à Sr.<sup>a</sup> Ministra, que estive lá agora há pouco connosco, que um bom serviço era fazer a faixa de contenção, sim senhora, mas têm de andar umas máquinas por trás a arrancar as raízes todas que lá estavam e, depois, fazer a limpeza. Então, anda uma máquina a fazer a limpeza só para cortar as ervas?! Não! Então, anda-se a fazer a faixa de contenção e daqui a dois meses ou três está igual!? Isto é serviço?!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sem querer opinar sobre essa realidade, que não conheço, há sítios no nosso País onde isso está a ser feito, onde estão a fazer o arranque das raízes e estão a ser preparadas condições para, depois, os aceires e as faixas de contenção poderem ser, de facto, geridos numa perspetiva de continuidade. Portanto, é possível.

Para terminar, gostava só de deixar uma nota positiva. Perguntei-lhe sobre os aspetos negativos, agora gostava de perguntar-lhe sobre os aspetos positivos. Podia referir dois aspetos que, do seu ponto de vista, correram

bem, são positivos e devem ser mantidos neste modelo de apoios criado em 2017?

Com isto termino, agradecendo a sua presença.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — O apoio à agricultura, acho que não esteve mal. Conheço a maior parte das pessoas, como disse há bocadinho, e as pessoas não ficaram descontentes. Houve um caso ou outro que não, mas é como digo, não se pode agradar a todos. Mas, de um modo geral, acho que correu bem.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a primeira ronda do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Bento, do Grupo Parlamentar do PS.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia e peço-lhe alguns esclarecimentos, no âmbito das intervenções iniciais dos meus colegas dos outros grupos parlamentares, pois não fiquei totalmente esclarecida.

Primeiro, começou por indicar que não participou no levantamento dos problemas, e que o problema começou aí, e refere que isso motivou situações que estão no terreno. Então, peço que concretize que situações são essas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — As situações que estão no terreno são do conhecimento de todos. É que umas casas foram feitas – casas

devolutas, neste caso, não estamos a falar de casas de primeira habitação – e outras estão por fazer. Não há um direito de igualdade?! Como é que é?! Ou aqui «há pretos e brancos»?!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Sr. Presidente, ao longo desta Comissão de Inquérito, têm sido vários os depoimentos que nos indicam que as casas de primeira habitação estão totalmente construídas. O seu depoimento parece ser controverso nessa matéria e pedia, neste caso, que concretizasse o que é que não está feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — As casas de primeira habitação, como disse, estão todas concluídas, à exceção de uma, que não sei se tem de se concluir como de primeira habitação. Porquê?! Porque a pessoa em causa faleceu dentro dela. Essa pessoa tem filhas, penso eu, mas pelo menos à junta nunca vieram reclamar a casa. Mas a pessoa, um senhor com cinquenta e poucos anos, faleceu dentro dela, no dia do incêndio. Vivia sozinho.

Para mim, esta casa é considerada uma casa de primeira habitação. Ele vivia lá. Mas a casa está lá no chão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — O Sr. Presidente da Junta entra em contradição novamente no seu depoimento, quando diz que não participou

no levantamento, nomeadamente, da questão agrícola, em que houve uma série de injustiças.

Questionado pelo Grupo Parlamentar do PSD, dizendo que não teve conhecimento do levantamento nem de quais os agricultores, aponta para um número entre 10% a 15% de pessoas que foram prejudicadas. À pergunta da minha colega do Bloco de Esquerda, diz que não houve problemas. Em que ficamos, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra, para esclarecer.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Digo que não houve problemas no geral. Estou a dizer que houve uma faixa, de 10% a 15%, como há bocadinho disse, de pessoas que realmente ficaram prejudicadas. Agora, no geral, se vamos ver isto no global, o que disse é que algumas pessoas também sofreram prejuízos, mas algumas também têm de participar no prejuízo, não é?! De um modo geral. Alguns, realmente, receberam o justo, porque realmente tinham prejuízo. Os outros, nem por isso. É o que digo.

Agora, a maior fasquia, tudo bem. Por isso é que digo que correu, de um modo geral, bem.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Refere que não participou no levantamento, mas que esteve em algumas reuniões de câmara e que até foi decidido um montante a atribuir. Gostava de questionar quando começou a participar efetivamente no processo.

Quando começou a participar efetivamente no processo, denunciou uma série de irregularidades que aqui menciona, nomeadamente através de uma troca de *e-mails*. Já agora, aproveito para solicitar exatamente essa troca

de *e-mails* que existiu, entre a junta de freguesia e a câmara municipal. Participou essas irregularidades às entidades competentes? Participou essa injustiça de que fala, de 10% a 15% dos agricultores não terem sido ressarcidos? Participou às entidades competentes?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, antes de passar a palavra, quero esclarecer sobre o seguinte: relativamente a essa troca de *e-mails*, possivelmente, o depoente é capaz de não estar na posse deles. Portanto, sugeria que, depois, fizessem chegar à Mesa o pedido, para oficiarmos a própria junta e a câmara para nos enviarem o que trocaram entre as duas.

Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — É assim: quando havia irregularidades, a entidade responsável a que ia bater à porta, neste caso, era a câmara municipal! Ia com regularidade à câmara municipal!

Quando participei nessas reuniões com a câmara municipal, foi do início! Logo no início, quando foi decretado, pelo Governo ou pelo REVITA, os 1053 €. Isso foi logo no início. A partir daí, nunca mais fomos chamados. Até parece que foi a partir dessa reunião.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Não querendo de forma alguma escrutinar a atividade da junta de freguesia, até porque há órgãos competentes para isso, mas, atendendo ao seu depoimento, terei de fazê-lo, até porque indica que recebeu donativos – e isso está no âmbito do objeto da nossa comissão, pelo que era importante esclarecer –, que fez uma conta solidária que juntou cerca de 15 000 €, sensivelmente, e que pagou faturas de obras.

Questiono: que obras se pagam com 200 €, sensivelmente a três meses mais ou menos de umas eleições autárquicas?

O Sr. **Presidente**: Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Eu ainda me estou a lembrar de uma situação em que a pessoa – até ontem estive a falar com a pessoa em causa – que não recebeu 1 cêntimo para o anexo dele que ardeu. Arderam tratores, alfaias, ardeu o barracão todo, não o fizeram... Alguns tiveram sorte e fizeram-lhos. Esse foi um deles, que recebeu 200 €. Bem, 200 € foi uma coisa simbólica. Não podia dar mais porque se desse a uns tinha de dar a outros. O dinheiro não era da junta, era de donativos. Eu tinha de distribuir o dinheiro e tinha de o distribuir com clareza e de saber quem é que realmente precisava dele. 200 € não é nada, 200 € é para comprar uns sacos de cimento. Foi o que eu disse a ele: «Olha, compras uns sacos de cimento ou compras uns blocos para fazeres o barracão e o resto tens de arranjar tu.» Tinha o barracão no chão. O homem comprou umas coisas com os 200 €, disse que comprou uma palete de blocos, que está lá porque não tem dinheiro para fazer o resto. Era a ajuda que podíamos dar! A junta não tem recursos financeiros nem o pode fazer, não é? Foi o que nós fizemos!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Com que critérios é que atribuiu esses 200 €? É que, de facto, com 200 € não se constrói barracões e pouco dará para comprar alfaias agrícolas.

O Sr. **Presidente**: — Com que critério, Sr. Presidente?

**O Sr. José António Dinis Henriques:** — É uma ajuda.

A Sr. **Joana Bento** (PS): — Já percebi que é sem critério. Esteve a cargo da sua subjetividade.

**O Sr. José António Dinis Henriques:** — É uma ajuda! Eu vi quem eram as pessoas que realmente tinham prejuízos e nós... É uma maneira de ajudar. Nós, realmente, tínhamos lá o dinheiro dos donativos e tínhamos de o dar às pessoas. Agora, tínhamos de ver quem necessitava e quem não necessitava.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Sr. Presidente, houve várias respostas de primeira linha e de necessidades imediatas, logo no imediato, passo a redundância? Participou alguma resposta imediata em termos de saúde, de alimentação?

**O Sr. José António Dinis Henriques:** — Mas que a junta tivesse dado alimentação? Não percebi...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Há uma resposta imediata às populações no cenário de incêndio. Participou em termos de confeção de alimentação, de distribuição de alimentação, dos donativos que, eventualmente, chegaram à junta de freguesia?

**O Sr. José António Dinis Henriques:** — Sim, sim. A Junta de Freguesia recebeu muitos, alguns, donativos alimentares e não só alimentares. Fizemo-lo durante um período alargado até chegarmos a uma



altura em que vimos que, realmente, já chegava. Depois, o que nos sobrou reencaminhámos, especialmente os produtos alimentares, para a Santa Casa da Misericórdia. Mas durante um período nós assegurámos essa distribuição às pessoas que precisavam mais de produtos alimentares, e não só.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faz favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Esse assegurar a quem necessitava teve como base que critérios? Qual foi o levantamento que fez par saber das necessidades? Esse levantamento foi feito de forma articulada com associações de ação social, com o município? Foi feito de que forma?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Nós tínhamos sempre alguns voluntários que nos ajudaram e que foram espetaculares. Eu, a minha secretária e o meu tesoureiro andávamos sempre no terreno. Durante uns meses não trabalhei. Eu fiz isso. E às pessoas que me diziam que precisavam disto e que precisavam daquilo nós encaminhávamos e íamos levar a casa. Sei que houve muitas situações de pessoas que tinham necessidade dessas coisas e até nos podia escapar um caso ou outro, mas eles iam lá... Mas eu sabia que as pessoas necessitavam, porque houve pessoas que ficaram sem nada. A gente não imagina o que é ficar sem nada! As pessoas daquela zona vivem muito da agricultura de subsistência e ficaram sem nada. E as pessoas estão habituadas àquilo e ao ficarem sem aquilo temos de ajudar. Não estamos a viver numa cidade. E nas cidades ainda era pior, não é?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Então participou, de alguma forma, na rede de apoio local criada pela CCDR Centro que, no terreno, articulou os autarcas do concelho e criou equipas multidisciplinares, quer na área da ação social, quer, por exemplo, na questão da saúde.

E dito que as juntas de freguesia estiveram no terreno dando respostas em termos de saúde mental às famílias, aos indivíduos que tiveram perdas em termos familiares, de vizinhos e de amigos. A junta de freguesia participou nessa rede?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faz favor.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não. A junta de freguesia não participou, mas tive conhecimento de que andavam essas equipas no terreno.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Na sua freguesia havia algum ponto fixo ou havia uma unidade móvel destas equipas multidisciplinares?

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Era uma unidade móvel.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — E articulou, de alguma forma, com eles? Juntou-se a eles?

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não, nunca fui solicitado para isso.

O Sr. **Presidente**: — Faz favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Em termos de habitação, o inventário de bens imóveis, de habitação, armazéns e arrumos danificados pelo incêndio de 17 e 18 de junho refere a existência na sua freguesia de, mais ou menos, 80 habitações, que podem ser de primeira – neste caso permanente –, de segunda, devoluta, armazéns, arrumos agrícolas.

Tem conhecimento que são mais de 80 as questões que estão sinalizadas neste inventário?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Números concretos não tenho. Não sei se são 80, se são 90, se são 100. Não faço ideia!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Pelo seu conhecimento que afirma aqui ter e porque, com certeza, conhece, esses números são possíveis?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sim, são possíveis. Eu ir dar uma voltita e sabia logo quais são as casas... Mas eu não fiz esse apanhado. Na altura, até fiz por alto, mas depois passou.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Numa resposta imediata, atendendo a que podia haver algum risco de colapso, quer em termos do edificado – e não sei

se na sua freguesia isso poderia ter ocorrido –, participou no levantamento de veículos danificados, no levantamento de animais mortos ou em abandono?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não, nunca participei. Nunca fui convocado para isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Em termos agrícolas, a DRAP Centro procedeu e disponibilizou uma aplicação informática de recolha eletrónica dos prejuízos. Participou, de alguma forma, neste levantamento? Apurou, de alguma forma, as espécies pecuárias mortas neste incêndio na sua freguesia? Quis saber, face à destruição das pastagens e forragens, se havia necessidade de proceder à alimentação animal? Participou no levantamento do restabelecimento do potencial produtivo na sua freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não, não participei.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Sabe que, na sua freguesia, foi feito um levantamento de 290 declarações nos termos deste restabelecimento do potencial produtivo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não sei quantas foram, mas devem ter sido algumas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faz favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Outra questão: a Junta de Freguesia de Vila Facaia aparece na listagem no âmbito do PDR 2020 como beneficiário a título do restabelecimento florestal de uma candidatura que ronda mais ou menos 121 000 €, com um investimento elegível à volta dos 93 000 €. Candidatou?

O Sr. **Presidente**: — Candidatou, Sr. Presidente?

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sim, sim, candidatei.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — O valor está totalmente liquidado?

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Está em fase de resolução, está em fase final.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Pode concretizar-nos que tipo de projeto foi este em termos de restabelecimento florestal na sua freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Foi a limpeza de algumas linhas de água, as mais prioritárias, e algumas estradas florestais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Questiono se, no pós-incêndio, o projeto-piloto de informação cadastral simplificada no município de Pedrógão, que envolve a sua freguesia, está concluído e se, no âmbito deste projeto, colaborou de alguma forma.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não, não colaborou. Está a falar do município, não é?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Estou a falar se participou de forma articulada com o município.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — O Sr. Presidente apoiou, de alguma forma, o restabelecimento e o relançamento da atividade apícola no seu território?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não, a parte agrícola não...  
Nós não apoiámos a parte agrícola...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Apícola.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Há pouco falou-nos do potencial turístico da sua região, da nossa região e de todos aqueles concelhos, que é indiscutível. Participou ou tem ideia que existe no território, por exemplo, um programa de valorização turística do Pinhal Interior, um programa de renovação de aldeias, um programa associado às aldeias de xisto?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sim, tenho conhecimento.

É pena é ser tardio, já devia ter havido há mais tempo, porque no início do incêndio lembro-me perfeitamente que era só promessas, promessas e mais promessas... Dizia-se: isto vai ser tudo ao contrário!... Vai ficar aqui uma zona espetacular!... Bom, passaram-se três anos e o que é que se fez por aquilo? Está pior! Algumas pessoas foram-se embora de lá, nunca mais lá apareceram, está tudo abandonado! A seguir ao incêndio é que foi... Diziam que éramos nós que íamos a correr para a televisão, mas não, havia mais alguém que queria ir para a televisão, todos os dias: ministros, secretários de Estado, não saíam de lá! A fazer promessas de quê? Ainda há pouco tempo falei com um ministro sobre isso e pedi-lhe que me respondesse porquê. Ele disse «tem razão, não se fez, mas agora está-se a começar a fazer». Mas é tarde para isso, passaram três anos! Ao fim de três anos as

peças já se foram embora! Eu conheço muita gente que se foi embora de lá. Então, os jovens desapareceram todos! Isso devia ter sido logo a seguir.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Foram os ministros e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia também foi para a comunicação social, naturalmente.

Não percebi o que é que ainda não chegou nos últimos três anos ou o que é tardio: se foi o programa de valorização turística do Pinhal Interior, que surgiu na sequência do incêndio, ou se foi a renovação de aldeias, que também é um programa, ou se foi as próprias aldeias de xisto. Não percebi qual foi o atraso que quis mencionar.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Foi tudo! Ainda não vejo nada em concreto.

Há uma coisa que até é de lamentar: porque é que, na altura, foram lá tantos governantes... A minha freguesia foi a mais afetada, onde houve o incêndio onde morreu mais gente e nunca ninguém veio ter comigo. É de lamentar! Nunca ninguém veio ter comigo! Foi onde morreu mais gente! Morreram 30 pessoas na minha freguesia! Nunca ninguém me veio perguntar: «precisa de alguma coisa?»

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, para pedir um último esclarecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Só para lamentar as perdas de vidas que ocorreram nessa e noutras freguesias. Muito obrigada.



O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Vamos entrar na segunda ronda de perguntas, dando a palavra ao Sr. Deputado Paulo Leitão, do Grupo Parlamentar do PSD.

As intervenções serão proferidas até ao limite de 5 minutos por cada grupo parlamentar e a resposta será conjunta. Peço ao Sr. Presidente que comece a anotar as questões, porque podem ser em número elevado.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Das suas palavras na ronda anterior, para justificar a presença dos presidentes de junta e dos elementos de junta neste processo de avaliação e depois de fazer chegar os apoios a quem necessita, referiu o seu conhecimento da freguesia e dos fregueses.

A primeira pergunta que lhe faço é no sentido de saber se acha natural um presidente de junta destes territórios do Pinhal Interior não conhecer os seus fregueses e as ruas da sua freguesia.

Como há pouco referi, em termos de raciocínio, conforme disse, 70% dos doadores do REVITA foram entidades privadas, e depois 58% foram apoios atribuídos à agricultura, deixando de fora algo que não estava em lado nenhum, de início, preconizado, que era o apoio às segundas habitações.

Tendo a perceção que mais tarde veio a ser criado um mecanismo de apoio às segundas habitações com taxas de comparticipação bastante inferiores e que, ainda para mais, faziam depender de regulamentação municipal, município a município, tendo existido municípios que regulamentaram estes apoios, pergunto se não considera extremamente injusto fazer depender o apoio às segundas habitações de regulamentação municipal e da capacidade financeira de cada um dos municípios. Qual foi o efeito em Pedrógão destes apoios à reconstrução das segundas habitações?

Não mudando de tema, questiono se não existia a expectativa de as pessoas terem a segunda habitação recuperada, como estímulo económico, ainda para mais porque utilizam-na em grande parte do ano, mesmo sendo segunda habitação.

Numa anterior audição, esteve cá o Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos, que, tendo sido questionado, exatamente, sobre esta matéria, respondeu, e vou citar, o seguinte: «O Sr. Primeiro-Ministro referiu aos autarcas ‘não se preocupem com o dinheiro do REVITA porque, quando houver necessidade, não faltará’». Citei o que está nas transcrições.

Volto a perguntar, com base nisto e naquilo que eram as perspetivas iniciais: não há um sentimento de revolta? Como é que se sentem aqueles que não viram devidamente apoiadas as segundas habitações? Tem muitos casos destes na sua freguesia?

Relativamente à questão que abordou de restos de madeira que ficaram abandonados, referindo que, se, neste momento, ocorresse outro incêndio, a situação seria muito pior do que foi em 2017, a verdade é que houve um conjunto de apoios para apoiar os produtores a retirarem a madeira queimada e a parqueá-la para se lhe dar o devido destino.

O que posso deduzir – peço-lhe que confirme ou não – é que estes apoios, no seu entendimento, pelos vistos, não se fizeram sentir no terreno ou não foram suficientes. Pelo que depreendi das suas palavras, ainda se encontra muita madeira queimada depositada nos terrenos.

Nas medidas de apoio por parte do Governo e do Fundo de Solidariedade da União Europeia, houve vários milhões que foram utilizados quer para a reconstrução de infraestruturas quer no apoio ao dispositivo de combate a incêndios. Questiono-o se verificou que é perceptível o reforço deste dispositivo especial de combate a incêndio no terreno à data de hoje, se é perceptível que houve investimentos no sistema de comunicações de emergência e segurança, se houve contratação de recursos humanos, se é

percetível, no fundo, alguma melhoria com base nestes fundos e nestes apoios que foram anunciados.

Para terminar, e também de uma forma muito sucinta, a Lei n.º 108/2017 estabeleceu um conjunto de apoios às vítimas de incêndios florestais, nomeadamente acompanhamento gratuito do Serviço Nacional de Saúde, alojamento temporário em termos de gratuitidade de consultas, transportes, medicamentos, tratamentos, exames, etc. Estes apoios foram suficientes em Vila Facaia para os seus fregueses? Tem noção se, do ponto de vista de apoio psicológico, foi suficiente? Sabemos que, no pós-incêndio foi algo muito perceptível e necessário. Pergunto se foi suficiente e quem é que, no fundo, com os seus fregueses, serviu de interlocutor.

Para já, é só. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Fabíola Cardoso, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nesta segunda ronda gostava de fazer só duas perguntas se calhar bastante gerais, porque penso que já foram aqui analisados ou, pelo menos, tentou analisar-se uma série de aspetos que já nos permitem perceber o essencial.

Perante aquilo que foi afirmado das falhas que houve e dos atrasos que há, gostava de perguntar: na junta o que é que mudou desde que isto aconteceu até agora? O que é que, efetivamente, nesta comunidade, que reconheço que tenha obviamente grandes dificuldades, até pela interioridade, até média etária, o que é que mudou nos procedimentos da junta, no seu modo de funcionamento para contribuir de forma a que esta situação não se

repita? Ou seja, que lições, que aprendizagens, que mudanças foram implementadas?

E, se calhar, deixo aqui terreno aberto para completar aquilo que considere que ainda não foi perguntado, que ainda não foi referido. Aqui é também um lugar privilegiado para fazer ouvir a sua opinião de uma maneira formal que, muitas vezes – nem sempre o fazemos –, é mais fácil comentar extraoficialmente, mas aqui é um lugar formal para apresentar as queixas, as denúncias, as reclamações que considerar necessário, porque penso que isso poderá ser uma mais-valia para esta Comissão.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Bento, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento (PS)**: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, na sua freguesia, conhece alguém que teve prejuízos superiores a 5000 €, nomeadamente no âmbito da reposição de animais, de plantações plurianuais, de máquinas e equipamentos agrícolas, de armazéns e outras construções de apoio à atividade agrícola?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para responder a este conjunto de perguntas que foram formuladas.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Quanto ao conhecimento dos fregueses, é mais que óbvio que nas freguesias da dimensão das nossas se tem conhecimento de quem são os fregueses. Não digo a nível geral, a 100%, mas a 95% ou 99% temos de conhecer forçosamente, senão não estamos lá a fazer nada.

Em relação à segunda questão, relativa à construção das segundas habitações, na minha freguesia há um caso ou outro, parcial, que não está concluído. Não sei porquê, não sei se será devido ao facto do que estamos a viver hoje em dia, da situação de estar em justiça... Não sei por que motivo não avançaram.

Sobre se as pessoas estão revoltadas. Algumas pessoas estão revoltadas, sim senhor. Porquê? Porque veem que, realmente, estão na situação de outras pessoas que têm uma casa nova e eles têm uma casa velha.

Quanto à manta morta, nunca ouvi alguém dizer «esses pinheiros caíram, vão ser todos tirados». Nunca ninguém me falou nisso. Conforme caíram assim lá ficaram e alguns até com o prejuízo de caírem para a estrada. Aliás, andámos lá a cortar alguns para não caírem para as estradas. Por isso é que eu digo que quando houver um incêndio – Deus queira que não haja – ainda vai ser pior.

Relativamente a novos dispositivos para o combate, não tenho conhecimento de nada. Inclusivamente – é o que vos posso dizer mais – a Associação das Vítimas fez uma candidatura para adquirir os equipamentos a nível de combate, tendo-nos sido entregue um dispositivo, um *kit* de incêndios. Foi adquirido aquele equipamento e foi colocado na nossa junta com uma parceria com a nossa Associação. Mas o que eu venho a constatar é que aquilo foi um presente envenenado. Porquê? É que dão-nos um *kit* e não temos viatura. Então, para que é que interessa o *kit*? Não temos dinheiro para comprar a viatura e o *kit* está lá encostado. Dão-nos o *kit* para trabalharmos com ele, mas onde é que a junta tem possibilidade de ter... Têm de se criar equipas... É o que eu digo: o dinheiro vem, mas depois não é bem gerido.

Tenho lá o *kit*, sim senhor, está lá um «*kitzinho*» novo no chão. Não tenho lugar para ele nem dinheiro para comprar... Nem tenho pessoas! Acho que foram cinco *kits* para as outras juntas também, não foi só para as juntas

de Pedrógão. Em Pedrógão foi só para a nossa e para uma outra aldeia. Aliás, na nossa freguesia até ficámos com dois *kits*, mas como não temos viatura, não temos pessoal, o que é que adianta aquilo? Não percebo!

Quanto a apoio psicológico e medicação, tivemos lá os voluntários que fizeram essa entrega de medicação a algumas pessoas que necessitavam mais. Disponibilizaram-se para fazer esse tipo de serviço. A alguém que nos peça, pessoas com mais idade e que não se possam deslocar, a junta ainda hoje disponibiliza um funcionário para ir à farmácia buscar os medicamentos. Ainda nesta semana o fizemos.

De resto, quanto a apoio psicológico, segundo tenho conhecimento, há uma equipa no terreno – não a tenho visto, mas, pronto, é o que se passa – e uma equipa de saúde mental no centro de saúde. Isso foi uma coisa que, no início, também não começou bem. Houve dias e dias em que não havia psicólogo, não havia nada... Eu, José António Henriques, eram 7 horas da manhã, fui à Câmara Municipal e perguntei: «Então, não há um psicólogo com esta gente toda a gritar?!» Passados alguns dias é que veio alguém, é que vieram os psicólogos.

Sabe que, no início, não foi muito fácil. Parecia um filme! Eram uns a correr para um lado, outros... Estavam a tentar fazer o melhor, não digo que não estivessem a tentar fazer o melhor, mas houve situações que eu vivi desde o primeiro minuto...

Eu nunca mais fiquei bem desde este incêndio. Eu fui para o combate ao incêndio e não fiquei lá mais com três elementos meus – eu não sou bombeiro –, porque me lembrei-me que o nosso carro tinha ar condicionado e ficámos lá os quatro. Nós temos um carro de combate, mas nós não somos bombeiros nem temos formação para isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos entrar na terceira ronda de perguntas.

Há uma inscrição da Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso...

Sr.<sup>a</sup> Deputada, desculpe, mas o nosso depoente está-me a dizer que se terá esquecido de dar resposta ao Grupo Parlamentar do PS. Portanto, se me dá licença, começaríamos por aí.

Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — De acordo com os nossos recursos — é uma junta com fracos recursos financeiros —, temos tentado minimizar as situações, e uma coisa que mudámos logo e que nos ensinou muita coisa foi: hoje em dia, quem precisar de um documento da junta de freguesia — antes não era assim feito e agora é — tem de ser por requerimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Peço desculpa, mas eu não questioneei o Sr. Presidente acerca daquilo que mudou na junta de freguesia.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Ah, desculpe, foi a Deputada do Bloco de Esquerda.

Quanto às denúncias das habitações, isso compete à justiça ver o que está mal e o que está bem.

Relativamente aos barracões, tenho conhecimento de algumas pessoas que foram prejudicadas, tiveram imensos prejuízos, porque não foram ajudadas. Já passaram três anos...! Ainda ontem estive a falar com uma pessoa que, realmente, teve muitos prejuízos e o homem lá vai tentando... À medida que vai passando um mês, vão deixando umas migalhitas e ele lá vai fazendo as coisas assim. E pronto, acho que respondi a tudo.

O Sr. **Presidente**: — Entrando, então, na terceira ronda de perguntas, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu fiquei com uma dúvida em relação ao que acabou de afirmar e por isso a minha inscrição nesta terceira ronda.

Se percebi bem, a Junta de Freguesia de Vila Facaia tem um carro de combate a incêndios e não tem um carro para poder mover um *kit* de proteção da própria aldeia.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós temos um carro, mas temos já um *kit* anterior. Há pouco, se calhar, não me expliquei bem. Este *kit* foi adquirido agora. Nós não temos um *kit* desde 2008... Por isso esse *kit* anda com aquele carro, mas se recebemos um segundo e não temos carro para ele.

O Sr. **Presidente**: — Tem um *kit* e tem um carro, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Temos dois *kits* e temos um carro.

O Sr. **Presidente**: — Tem dois *kits* e tem um carro.

Pode prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Tenho alguma dificuldade em perceber como é que, não sendo bombeiros, sendo uma junta de freguesia pequena... Qual foi a proveniência desse carro de combate? Porquê?



O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou-lhe pedir que alinhe o conjunto das suas questões em 3 minutos para, depois, o nosso depoente poder também responder de uma vez só.

Tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sim, tem toda a razão, Sr. Presidente.

Eu não tenho mais questões para colocar. Quero só tentar esclarecer um aspeto, que me parece um bocadinho inusitado: numa junta de freguesia desta dimensão haver esse tipo de equipamento. Não sei se é um procedimento habitual não haver, por exemplo, profissionais que estejam devidamente capacitados para utilizar isto. Portanto, trata-se de perceber um bocadinho esta situação que referiu da existência de um carro de combate. Era só isso. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, a junta tem um carro, mas não tem bombeiros. Podia explicar-nos isso?

O Sr. **José António Dinis Henriques**: — Quando eu fui para a junta, fui informado que aquele *kit* foi entregue pela Proteção Civil à junta de freguesia em 2008 ou, melhor dizendo, a todas as juntas de freguesia da zona, pelo menos que eu conheça.

Penso que foi feito, na altura, um protocolo com a câmara municipal para as juntas e as câmaras em conjunto arranjarem uma viatura para o dito *kit*., ou comprar um carro em segunda mão, um carro velho... Nós até comprámos um carro – nós, não, porque eu não estava lá na altura; isto foi em 2008. E isso foi rolando sempre assim.

Quando eu cheguei à junta, vai fazer oito anos, perguntei: «Então, mas um *kit* de incêndio... E formação para isto?» Na altura, entrei em contacto

com a Proteção Civil e logo começámos a tratar de fazer formação, porque tem toda a lógica fazer formação. Então, se houver um acidente? E até em relação a seguros, como é que é? Lá se resolveu, então, fazer a formação para dois elementos que são nossos funcionários da junta e, depois, a mais dois voluntários. Agora, até temos uma equipa de sete, com o segundo *kit*, temos uma equipa de sete, que fizeram formação.

Mas, realmente, problema é o carro, que eu até já pedi ao ICNF e a diversas instituições, à câmara municipal, se nos podiam ajudar na viatura, porque nós, ao fim e ao cabo, temos as pessoas formadas – voluntários, claro – e não temos viatura.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos terminar a audição, agradecendo ao Sr. Presidente José Henriques, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia, a sua presença e o seu depoimento. Desejo-lhe um bom regresso a casa.

Uma saudação especial da Comissão a esta freguesia, que foi das mais atingidas. O nosso lamento e a nossa solidariedade.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 18 horas e 38 minutos.*

**A DIVISAO DE REDAÇÃO.**